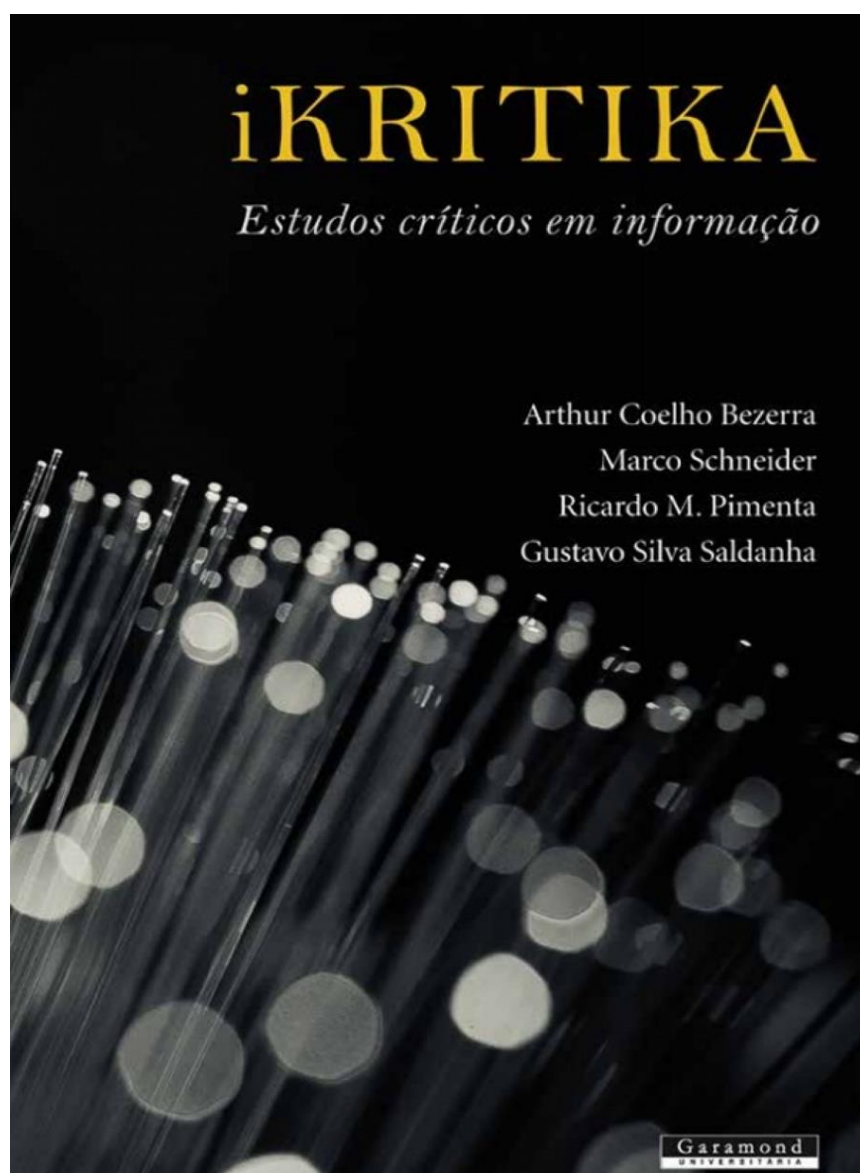


## iKritika: estudos críticos em informação

**Armando Malheiro da Silva**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM

[armando.malheiro@gmail.com](mailto:armando.malheiro@gmail.com)



Este livro disponível em pdf, com a chancela da editora Garamond do Rio de Janeiro e apoiado pela Faperj, CNPq e Capes, ostenta a forte marca institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde os quatro Autores – Arthur Coelho Bezerra, Marco Schneider, Ricardo M. Pimernta e Gustavo Silva Saldanha -. se conheceram, corria o ano de 2013, e todos foram aprovados no mesmo concurso para pesquisador, com trajetórias acadêmicas distintas”, mas compartilhando “uma fundamental semelhança: a formação concentrada no campo das Ciências Humanas e Sociais. Graduações em História, Biblioteconomia, Produção Cultural e Produção Editorial e pós-graduações em Sociologia, Memória Social, Estudos Culturais, Comunicação Social, Filosofia Medieval e Ciência da Informação”. A essa semelhança agregou-se uma amizade construída em cobersas, discussões e convívio no botequim, entretanto extinto, do Barril) também popularmente conhecido por Mosca ou Bigode), situado nas cercanias do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, na Urca, onde está instalada a Coordenação de Ensino e Pesquisa (COEPE) do IBICT, cadinho natural da obra em apreço.

Trata-se, pois, de um projeto maturado e vinculado a uma visão pós-graduada da Ciência da Informação ou dos “estudos críticos em informação”, expressão que só por si explicita uma assumida postura interdisciplinar, importante, necessária, mas epistemologicamente insuficiente. E para uma sua apresentação, sucinta, porém precisa, os Autores pediram ao professor Rafael Capurro um naipe de palavras postas na contracapa:

Este livro reúne as contribuições para uma teorização da informação dos últimos 50 anos, relacionando-a com sua história desde o século XIX e suas raízes na modernidade, dentro de um amplo quadro que engloba teorias e autores como Aristóteles, Kant, Hegel, Marx, Lukács, Escola de Frankfurt, Bourdieu, Foucault, Zizek, bem como os clássicos da biblioteconomia e da informação e da comunicação. O fio condutor desses textos é um pensamento social e crítico, ou seja, preparar a teoria da informação como inseparável de uma interpretação e prática dos processos sociais, econômicos e políticos dos processos comunicacionais e informacionais diante de transformações que aparecem historicamente desde meados do século XX em relação às tecnologias digitais.

Um livro com uma estrutura relativamente simples: além da Apresentação dos Autores, breve e concisa, um Prefácio assinado por Regina Maria Marteleto e um Pós-fácio de Carlos Alberto Ávila Araújo. E pelo meio quatro capítulos:

- Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação por Arthur Coelho Bezerra (p. 15-72);
- Competência em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade por Marco Schneider (p. 73-116);
- Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação por Ricardo M. Pimenta (p. 117-170); e
- Sem e com teorias críticas em ciência da informação: autorretrato da teoria social e o método da crítica nos estudos informacionais, uma bibliografia benjaminiana aberta por Gustavo Silva Saldanha (p. 171-240) [completado por um Apêndice bibliográfico].

Sendo esta a estrutura, importa olhar para o conteúdo salientando, para já, aspetos mais relevantes, na ótica do recenseur/leitor da obra, para depois fecharmos com sugestões críticas, entendida a aplicação deste adjetivo como aportação exclusivamente construtiva.

Prefácio e Pós-fácio ajudam a enquadrar o “miolo” do livro, sendo diferentes, mas complementares.

Regina Maria Marteleto saúda o diálogo explícito do campo informacional “com teorias, conceitos e categorias vindos de outras disciplinas próximas (a teoria crítica, o materialismo histórico, as sociologias do conhecimento, os estudos culturais, a filosofia)” (p. 9) – afirmação merecedora de um interessante debate epistemológico com posições contrapostas – e destaca a via bourdieusiana, seguida pelos Autores do livro, “de submeter a razão e a ciência a uma análise histórica e sociológica, a fim de se indagar como é possível que uma atividade inscrita na história, como a atividade científica, produz verdades trans-históricas, independentes da história, desligadas dos elos com o lugar e o momento, logo válidas eterna e universalmente” (p. 10), que lhes permitiu reler dois conceitos presentes na literatura da Ciência da Informação – o de “regime de informação” (Brend Frohmann, Maria Nelida Gonzalez e Regina Marteleto) e o de “competência em informação”. A Prefaciadora deteve-se mais no primeiro e chama a atenção para o capítulo subscrito por Gustavo Saldanha, ao relevo por este dado à Epistemologia Social de Jesse Shera “uma vertente teórica-aplicada do campo de estudos da informação, orientada pela pergunta sobre “como uma pessoa adquire conhecimento de outra pessoa” e centrada no objeto de “estudar quais as práticas sociais que facilitam a aquisição do conhecimento”” (p. 12).

Por seu turno Carlos Alberto Ávila Araújo, no Pós-fácio, retomou o conhecimento exibido sobre a *information science* (ou o “projeto de uma disciplina científica com esse nome”), nascida na década de 1960, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na União Soviética, “diretamente ligada ao contexto do fim da segunda guerra mundial e do seu desdobramento com a guerra fria” (p. 241). Fê-lo em livro recente, intitulado “O Que é Ciência da Informação?” (2018), expondo, de forma sinóptica, os vários movimentos epistemológicos surgidos nas décadas seguintes e “que, em alguma medida, criticaram ou pelo menos buscaram expandir o modelo explicativo da área, tendo como referência o movimento epistemológico original” (p. 242) – o da interdisciplinaridade ou a afirmação da CI como “uma ciência interdisciplinar” (p. 242); o cognitivista ou a reivindicação do uso do conceito de conhecimento; o pós-modernista “com pouca adesão no campo, centrou suas críticas no carácter da ciência da informação de uma ciência moderna, voltada para a compreensão e o “domínio” da natureza e sua manipulação conforme os interesses humanos, desde uma perspectiva que almejava a neutralidade científica” (p. 242); o da identificação como ciência humana e social, considerado por Carlos Alberto Ávila Araújo “o mais denso e reformulador, na medida em que trouxe uma reivindicação típica desse campo de conhecimento: a legitimidade de correntes teóricas distintas, a conveniência de modelos explicativos distintos dentro de uma ciência” (p. 242); o da “descolonização do campo” ou movimento que “foi ao mesmo tempo um movimento intelectual, teórico e também geopolítico, e vem se dando num terreno de confrontações explícitas e implícitas sobre o fazer científico na atualidade” (p. 243); e, por fim, o movimento devedor do avanços patentes nos anteriores que assume uma nova perspectiva de estudo da informação designada de “sociocultural, pragmática ou social construcionista” (p. 243).

Esta última perspectiva permitiu à CI, segundo o Pós-faciador, a abertura potenciadora a um pensamento crítico, “pensamento da dúvida, da desconfiança; desconfia-se das aparências, dos instrumentos científicos e mesmo dos produtores do conhecimento. É o pensamento crítico que

fornece elementos para se compreender fenómenos como a ideologia, a dominação, a alienação, a emancipação, a práxis, entre outros” (p. 243).

Por aqui, por este Posfácio, se entra mais apetrechado no “miolo” do livro ou em seus quatro capítulos, que não carecem de ser sumariados, mas comentados antes das considerações que julgamos oportunas, suscitadas pela leitura de um livro sem dúvida útil para o debate epistemológico da CI.

Arthur Coelho Bezerra encarregou-se, e bem, do primeiro capítulo, concebido como uma introdução à Teoria Crítica da Informação ou como se pode e deve aplicar a Teoria Crítica aos estudos da informação, estabelecendo uma ligação do conceito de “regime de informação” ao de “competência crítica” em informação. Este último conceito é, aliás, retomado, com bastante oportunidade e global acerto, por Marco Schneider no capítulo segundo. São muito pertinentes os tópicos tratados por Arthur Coelho Bezerra, em seu capítulo, para cujo título não faria mal se adiantasse uma referência à dimensão ética. Depois de uma sinopse explicativa da proposta filosófico-sociológica da Escola de Frankfurt, em que pontificaram Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas, concentrada na “parte I – Teoria matemática e teoria crítica da informação”, dedica a segunda parte a tratar do conceito de “regime da informação” de Bernd Frohmann, baseado na TAR (Teoria Ator-Rede) desenvolvida por Bruno Latour e outros cientistas sociais e de tópicos pertinentes como “o fenómeno da vigilância social”; “privacidade e distopia”; “filtragem algorítmica da informação”. Tópicos de que a Sociologia, através da lente da Teoria Crítica, se tem ocupado, mas que são objeto, também, de análise profunda pela Ética da Informação. E os contributos destas duas abordagens são, naturalmente, úteis à CI, ou mais precisamente às Ciências da Informação e da Comunicação. E na “Parte III – Competência crítica em informação na rota da emancipação” faz uma abertura possível a uma temática, que Sneider retoma, a seguir, sobre a capacidade crítica da cidadania.

Marco Schneider enfrenta o problema da pós-verdade e das *fake news* com o conceito operativo de “competência crítica de informação”, equivalente ao de literacia da informação. A este propósito seria importante debater aquele conceito com o binómio literacia e inclusão digital, uma vez que há, aqui, matizes semânticas e de aplicação à realidade atual, que não podem deixar de ser trabalhados. Mas este contributo é, sem dúvida, de indiscutível valia.

Ricardo M. Pimenta exercita e alerta criticamente para a dominação tecnológica da informação em curso. O seu empenho tem cabimento e merece ser debatido no seio da Ciência da Informação trans e interdisciplinar, que vem sendo desenvolvida e ensinada, nomeadamente na Universidade do Porto, Portugal. No entanto, o âmbito de discussão e análise ultrapassa a esfera informacional e entra plenamente no infocomunicacional.

Por último, um contributo de leitura exigente (dado o abundante recurso à metáfora e a uma frequente resignificação terminológica), mas inspirado – “Sem e cem teorias críticas em ciência da informação” por Gustavo Silva Saldanha. O Autor enuncia um ambicioso programa de teoria crítica na CI já iniciado e que urge ser ampliado e continuado;

Ação crítica: a emancipação é um gesto revolucionário que carece de ativistas na pesquisa científica. O trabalho, a classe, o género, o conhecimento, a pobreza, outras categorias sociais, quais sejam – as (in)variáveis sinuosas, aí estão para se se ver e pensar (n)o campo: traços gigantes da teoria crítica em curso, na, para, da Ciência da Informação. O conceito de mediação, a leitura

pública para o proletariado (contra a alienação), os livros para todos, as bibliotecas como casas de emancipação, o acesso à informação para mulheres, a epistemologia social, as tradições progressistas da IFLA, a teoria dialética do esquema, a presença de Elena Savova na Unesco, do feminismo de Suzanne Briet a Hope Olson, o movimento negro que se constitui de dentro para fora do campo, o caminho até a necessária crítica neoliberal no ano de 1980 em diante, a escala, a escada e a escola: a crítica em grande companhia (p. 173).

Em conformidade com tal programa, cujos detalhes merecem uma leitura atenta, sobressai uma “bibliografia benjaminiana aberta” (p. 232-240), que rastreia toda uma produção voltada para o papel emancipatório e crítico da Biblioteca. Walter Benjamin (1892-1940) é convocado intencionalmente e o seu texto “Desempacotando a minha biblioteca”<sup>1</sup> mencionado *en passant*, por Regina Maria Marteleto no Prefácio.

Apresentada a obra cabe, agora, expor um conjunto de considerações, julgadas pertinentes e suscitadas por ela.

Para ponto de partida uma pergunta: *iKritica* surge dentro ou fora de algum paradigma?

Reivindicada, claramente, como emanção dos Estudos da Informação/Ciência da Informação (expressões que têm implicações epistemológicas potencialmente diferentes), não é difícil perceber que ela foi escrita a partir do território da Filosofia e, sobretudo, da Sociologia, o que, para quem defenda e pratique a fecunda interdisciplinaridade é um sinal, em si, positivo, desde que a marca interdisciplinar não se oponha ou impeça o desenvolvimento de uma identidade disciplinar também clara.

E se buscarmos paradigmas na Sociologia ajuda-nos Jacques Herman com o seu *Les Langages de la Sociologie*<sup>2</sup>, embora ele tenha trabalhado com três conceitos operatórios: teoria, linguagem e paradigma. Entre estes dois a distinção é demasiado subtil. Uma teoria científica é um dispositivo simbólico lógico-conceitual que responde a uma exigência de pertinência em face de uma problemática e de objetos dados, de coerência em face do conjunto dos conceitos e das proposições que ela utiliza, da verificabilidade em face dos procedimentos empíricos de recolha de dados<sup>3</sup>. Uma linguagem científica é um conjunto de símbolos dotado de uma estrutura sintática, de regras semânticas que conferem referência e sentido aos seus conceitos. Ao contrário de uma teoria, a linguagem (apoiando-se em Mario Bunge recentemente falecido) não é verificável ou testável, ela é mais ou menos pertinente para tratar determinado problema, mais ou menos relevante diante de uma classe de

---

<sup>1</sup> Benjamin, Walter. Desempacotando a minha biblioteca: uma palestra sobre o colecionador. In *Imagens de Pensamento*, edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2ª ed. 2018, pp. 207-215. Trata-se de um texto muito interessante, que reflete a concepção materialista da Arte do Autor, pioneira à época (1931), que não tem sido explorado, possivelmente, em toda a sua potencialidade no campo bibliotecológico e museológico. Benjamin dá um contributo precioso para que fosse questionado o uso do termo coleção e deixasse de ser visto o colecionador como um diletaante inconsequente, quando na verdade a biblioteca benjaminiana é autobiográfica (ideia bem expressa por Alberto Manguel) e, nesse sentido, expressão cabal da organicidade infocomunicacional (humana e social)

<sup>2</sup> O conceito de paradigma foi introduzido por Thomas Kuhn no seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000), tendo-se tornado comum em Filosofia, História e Sociologia da Ciência, apesar das várias nuances semânticas que esse Autor deu ao termo. Fazendo as devidas adaptações vale a pena registar esta definição: “O paradigma é um misto de pressupostos filosóficos, de modelos teóricos, de conceitos operativos, de resultados de pesquisas reconhecidas ou consagradas que constitui um universo habitual de pensamento para investigadores num momento determinado do processo evolutivo de uma disciplina” (Herman, Jacques. *Les langages de la Sociologie*. Troisième édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 4).

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 4.

objetos<sup>4</sup>. E, por sua vez, o paradigma é um misto de pressupostos filosóficos, de modelos teóricos, de conceitos-chaves, de resultados de investigação consagrados que constituem um núcleo constante de pensamento para os investigadores numa dada fase de desenvolvimento de uma ciência ou disciplina<sup>5</sup> (definição que perfilhamos e associamos à que propusemos<sup>6</sup>). Tratando das linguagens, Jacques Herman identificou seis: o positivismo; a dialética; as abordagens compreensivas; o estruturo-funcionalismo; o estruturalismo; e a praxeologia. Uma enumeração que não dissipa plenamente a confusão entre linguagem e paradigma, porquanto o positivismo e a dialética muito mais que linguagens, reúnem características ou traços constitutivos do paradigma. E se nos detivermos na “linguagem” dialética<sup>7</sup> vamos aí encontrar referência explícita à Escola de Frankfurt ou “Teoria Crítica” apresentadas assim:

Dans l'Allemagne des années trente, l'école de Francfort favorise un courant de recherches dialectiques qui aboutira à la constitution de la “Sociologie critique”. Ses adeptes (T. Adorno, H. Marcuse, J. Havermas) s'interrogent sur l'identité de la théorie et de la pratique, sur la pensée de l'intellectuel radical et l'action du sujet révolutionnaire. Leur dialectique est négative en ce qu'elle révèle l'irrationalité du monde positif et dénonce la mystification du rationalisme scientiste et technocratique (H. Marcuse, *L'Homme unidimensionnel*, 1964). (...) Le ressort fondamental de la dialectique est le dualisme: sujet/objet, matière/idée, théorie/pratique. Les dialecticiens ont épuisé la combinatoire des possibilités d'articulation et de réduction de ce dualisme essentiel (...) le matérialisme marxien tentait cette conciliation dans la notion de lutte de classes. Le matérialisme dialectique refoule le Sujet au nom d'une Théorie objective de l'Homme socialiste, garante du développement historique<sup>8</sup>,

Segundo Jacques Herman a Sociologia Crítica ou a Teoria Crítica situa-se, claramente, como emanção ou representação do paradigma dialético e, seguindo por esta via, abre-se a possibilidade de identificar a sua presença no campo da informação/documentação configurando um paradigma próprio, designado por ideológico-político e sócio-cultural, mas que pode ser reformulado para dialético e sócio-cultural<sup>9</sup>.

*IKritica* impõe-se, assim, como uma afloração nítida do paradigma dialético e sócio-cultural, mas não discute, nem muito menos assume esta condição. É verdade que os seus Autores atuam na Ciência da Informação, mas o seu pensamento e a sua disposição metodológica inscreve-se integralmente na Sociologia. Qual o problema? Não há problema algum, desde que seja porfiada uma efetiva interdisciplinaridade (não uma mera diluição da CI na Sociologia) e haja um urgente debate entre paradigmas: do dialético e sócio-cultural com o pós-custodial, infocomunicacional e transdisciplinar<sup>10</sup>. Os contributos do paradigma dialético para a consolidação da Ciência da Informação não são desprezíveis a ver, por exemplo, neste livro os capítulos de Marco Schneider e de Gustavo Saldanha: o primeiro mostra a necessidade de literacia da informação, ou seja, do desenvolvimento da capacidade crítica na atualidade para fazermos face a essa turba e pernicioso onda de “pós-verdade” e de *fake*

<sup>4</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>6</sup> Silva, Armando Malheiro da. *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC, 2006, p. 158-159.

<sup>7</sup> Ver ibidem, pp. 26-43.

<sup>8</sup> Ibidem, pp. 30-31

<sup>9</sup> Silva, Armando Malheiro da; Paletta, Francisco. *Ciência da informação: estudos de epistemologia e de ética*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CIC.Digital; Media XXI, 2019, p. 35.

<sup>10</sup> Ver ibidem, p. 34-35.

*news*; o segundo valoriza o papel da Retórica (Emanuel Tesouro, séc. XVII) e da Semiótica na gênese das operações de classificação e de indexação, que viriam a formar o núcleo “positivo” central da Biblioteconomia. Porém, a sua operatividade é diferente e com efeitos distintos se inscritos numa perspetiva puramente interdisciplinar, consignada na expressão “Estudos da Informação”, ou canalizados para uma Ciência da Informação com identidade epistemológica própria, sem prejuízo de uma forte dimensão interdisciplinar.

Um aspeto importante do que acaba de ser exposto convoca a posição dos Autores de *iKritica* e de todos os que se moldam no respetivo paradigma em face da inter e da transdisciplinaridade no campo da informação/documentação. Vale a pena recordar que estas duas modalidades de teoria/ação científicas, explicadas por filósofos das ciências, nomeadamente Olga Pombo, remetem para quesitos internos da construção científica coexistentes com os sociais, os económicos e os políticos ou conjunturais. E se tivermos em conta aqueles<sup>11</sup> torna-se inevitável questionar: sendo vários os quesitos comuns à inter e à transdisciplinaridade o que impede a emergência de uma dinâmica capaz de impelir o campo da informação/documentação para a modalidade máxima? Impedimentos de ordem estritamente epistemológica (interna) ou de ordem gremial, laboral ou corporativa? E acoplada a estas questões acresce outra: qual a justificação para uma acentuada diferenciação, nomeadamente no Brasil, entre a graduação de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e a pós-graduação ministrada em nível de Mestrado e Doutoramento sob a égide ambígua da Ciência da Informação?

Carlos Alberto Ávila Araújo, no seu prestimoso e até ousado *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação*<sup>12</sup>, tendo em conta o panorama brasileiro, conclui:

Este encontro sugere condições propícias para a aproximação entre os campos, sobretudo para a aproximação de uma ruptura usual que compromete o diálogo entre as quatro áreas: de um lado, aqueles que valorizam o humanismo, as artes, a história, o conhecimento científico (o ‘conteúdo’ de arquivos, bibliotecas, museus, serviços e sistemas de informação) e de outro, aqueles que valorizam os procedimentos técnicos e tecnológicos (o ‘trabalho’ executado pelos arquivos, bibliotecas, museus, serviços e sistemas de informação de coletar, procurar e disponibilizar esse acervo).

Essa ruptura, expressa muitas vezes pela oposição entre a dimensão reflexiva e a dimensão aplicada, pode ser superada justamente pela consideração da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia e da ciência da informação como ciências humanas e sociais. Relacionadas, portanto, com a singularidade dos fenómenos, seu caráter contingencial, histórico e contextual, com a complexidade dos processos e com a valorização da diversidade e da pluralidade..

As tendências contemporâneas apresentadas neste livro, em cada uma das quatro áreas, para a superação desta antinomia, e, portanto, assumindo-se, cada uma delas, como ciência social e

---

<sup>11</sup> A interdisciplinaridade pauta-se por uma linguagem parcialmente comum; coesão entre conhecimentos; integração disciplinar; compartilhando objetivos comuns; transferência de problemas, conceitos e métodos; multiplicidade de métodos; limite disciplinar discreto. E a transdisciplinaridade: linguagem, estrutura, fundamentos e mecanismos comuns; coesão entre o conhecimento; integração disciplinar máxima; compartilhando objetivos comuns; transferência de problemas, conceitos e métodos; falta de limites disciplinares; multiplicidade de métodos; visão unificada e sistémica de um setor (Ver *ibidem*, p. 33).

<sup>12</sup> Araújo, Carlos Alberto Ávila. *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília, DF/São Paulo: Briquet de Lemos/Livros; Associação Brasileira de Profissionais da Informação-ABRAINFO, 204.

humana, que ficam evidentes as condições de aproximação e diálogo entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação<sup>13</sup>

Mais do que uma aproximação, hoje sabemos pela evidência de casos concretos, nomeadamente a Licenciatura e o Mestrado em Ciência da Informação, ministrados pelas Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto<sup>14</sup>, que é possível passar da inter para a transdisciplinaridade no plano interno, ou seja, dos conceitos, teorias, linguagens e métodos para a convergência num objeto comum, não obstante as especificidades contextuais. No entanto, em muitos países e continentes as graduações diferenciadas prosseguem e importa perceber devidamente as razões que as fundamentam, razões sócio-económicas, políticas e corporativas. Importa perceber a razão de ser da forte resistência à formação de um profissional dotado de mais competências e capaz de incorporar, na sua matriz humanista e social, a componente tecnológica. Trata-se de um desafio urgente do qual a Teoria Crítica não pode alhear-se, nem pode, certamente, ficar cúmplice, pelo silêncio ou pela tibieza.

Assim como será importante e até decisivo, no diálogo intenso entre o paradigma pós-custodial, infocomunicacional e transdisciplinar<sup>15</sup> e o dialético e sócio-cultural, chegar a um consenso entre a teoria sistémica e o pensamento complexo. Para os seguidores do paradigma pós-custodial a introdução e operacionalização do conceito Sistema de Informação ajuda a superar as fragilidades e a obsolescência de conceitos como o de coleção e de fundo. O texto de Walter Benjamin já, atrás citado e entendido como protosistémico, abre uma possibilidade de leitura conjunta de pós-custodialistas e dialéticos que só pode ser fecunda e promissora.

Outro tópico importante para o diálogo que decorre da conclusão a que chegara Carlos Alberto Ávila Araújo, posfaciador do livro em foco, é a superação da rutura entre a perspetiva humanista e científico-social e a tecnológica. Desta há muitos exemplos e manifestações. Uma das mais recentes e proeminentes talvez seja o *Handbook of Information Science*, em que esta se define como “studies the representation, storage and supply as well as the search for and retrieval (predominantly digital) documents and knowledge (including the environment of information)”<sup>16</sup>. Apesar da breve e tímida referência, no final, ao ambiente (humano e social) que envolve a informação, trata-se de uma definição que enfatiza a tradição técnica acrescida do viés digital (tecnológico), ficando aquém de um posicionamento claro sobre se a Ciência da Informação é ou não uma ciência humana e social – entendimento consensual nos dois paradigmas citados, o pós-custodial e o dialético. Os que propõem e defendem uma Ciência da Informação trans e interdisciplinar definem-na como uma ciência social aplicada que investiga os problemas, as questões e os casos relacionados ao fenómeno infocomunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação das propriedades inerente à génese do fluxo, organização e comportamento informacional. Uma ciência que estuda todo um processo (humano e social) desde a origem, passando pela coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação<sup>17</sup>. De uma para a outra há uma diferença substantiva que representa a distância que o movimento das *Information Science* –

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>14</sup> Castro, António et al. *O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação na U. Porto*. Porto: Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto, 2011.

<sup>15</sup> Designado até agora como paradigma pós-custodial, informacional e científico – ver Silva, Armando Malheiro da; Paletta, Francisco, ob. cit., pp. 34-35.

<sup>16</sup> Stock, Wolfgang G.; Stock, Mechtild. *Handbook of information science*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2015, p. 3.

<sup>17</sup> Silva, Armando Malheiro da; Paletta, Francisco, ob. cit., pp. 35-36.



*iSchools* vai cavando em relação à tradição erudita e humanista das disciplinas surgidas no pós-Revolução Francesa. No entanto, a segunda definição abre-se a um potencial enriquecimento e em que medida pode a Teoria Crítica contribuir para isso?

Por fim, tomemos a infocomunicação, não apenas como um conceito operatório, mas como a expressão funcional de um objeto de estudo que, desde logo, desafia a Ciência da Informação a construí-lo e a explorá-lo, enquanto “arco processual” ou ciclo dinâmico, basculando do contextual ao aplicativo e tecnológico, e que, conseqüentemente, agrega, construtivamente, as Ciências da Informação e da Comunicação, através de três eixos fundamentais: 1º gênese/produção do fluxo informacional; 2º organização e representação da informação; e 3º “recepção”, busca e uso ou “comportamento informacional.

Trata-se de uma agenda axial que já foi exposta no X Congresso da SOPCOM, realizado em Viseu em 2017<sup>18</sup> e retomada, aqui, a fim de constituir ponto de partida para sucessivos e necessários desenvolvimentos em direção diferente e mais fecunda que a seguida em França a partir de 1974.

Se esmiuçarmos as atas dos Congressos realizados pela *Société Française de les Sciences de l'Information et de la Communication - SFSCI* sobressai, desde logo, um forte desequilíbrio entre as comunicações de cariz sociológico, semiótico(semiológico e medialógico e as relativas à “informação documental”, à “inteligência competitiva” e à gestão de conteúdos (organização, classificação e recuperação de informação), além de que não há ou é residual a existência de co-autorias cruzadas, isto é, especialistas da Comunicação trabalhando com aproximações conceituais e metodológicas juntamente com os homólogos da Documentação e Informação. Um caminho interessante de cooperação podemos ir encontrá-lo, surpreendentemente, em Cuba, na Universidade de Habana, mais precisamente na *Facultad de Comunicación*<sup>19</sup>. No entanto, esse processo de cooperação interdisciplinar efetiva entre as duas comunidades de cientistas albergados na mesma Escola está ainda numa fase elementar, isto é, as partes buscam complementaridades: os especialistas em informação preocupam-se em mostrar como suas valências, nomeadamente nas questões relacionadas com a comunicação científica, mais concretamente, a biblio/infometria e em tudo o que se relacione com a recepção/uso de informação, bem como das estratégias infocomunicacionais quer de busca, quer de mediação, convergem em pleno e possuem um notório interesse para os que trabalham no campo da comunicação. Aliás, é interessante notar que este movimento de exposição e aproximação tem sido unilateral, isto é, daqueles para estes e não vice-versa.

A problemática da gênese do fluxo informacional – 1º eixo - em rigor tem a ver com o fluxo infocomunicacional e, deste modo, uma análise contextual ou orgânico-funcional de uma instituição ou de uma entidade de qualquer outro tipo conjuga-se perfeitamente com a análise de conteúdo e de discurso, porque este é indissociável da entidade que o produz. Se passarmos para um plano exemplificativo podemos trazer à colação um investigador de comunicação a trabalhar o discurso ideológico do serviço noticioso ou de programas noticiosos de um canal de televisão privada não empobrece a sua análise e até a reforça e amplifica se a cruzar com os instrumentos de análise da

---

<sup>18</sup> Ribeiro, Fernanda; e Silva, Armando Malheiro da. A Infocomunicação como projeto comum de diálogo e prática = Infocommunication as a common dialogue and practice project. In CONGRESSO DA SOPCOM, 10o, Viseu, 2017 - *Ciências da Comunicação: vinte anos de investigação em Portugal: atas*. Ed. Teresa Antas de Barros... [et al.]. Viseu : SOPCOM; Instituto Politécnico de Viseu, 2019, p. 66-76-

<sup>19</sup> Uma imagem deste esforço que vem sendo feito está refletida no número especial organizado pela Professora Gloria Ponjuán para a revista Prisma.com (ver nº 31, 2016.

Ciência da Informação, que inclui os modelos mais operacionais de gestão. Estes ajudam a entender como a ideologia é segregada e através de que tipo de aparelho político-administrativo – se sofisticado, profissional, personalizado, se disforme ou obsoleto.... Há, assim, uma efetiva transacionalidade ou circularidade de práticas metodológicas dentro do campo interdisciplinar das Ciências da Comunicação e da Informação.

Se surpreende que haja uma convergência no estudo do contexto tanto para a criação da informação como para o desenvolvimento do fluxo em termos comunicacionais, é natural que a surpresa prossiga tendo em foco o 2º eixo, uma vez que os aspetos relacionados com a organização e a recuperação da informação são conotados exclusivamente como tópico técnico da área da gestão de informação.

No entanto, uma abordagem mais fina e que leva já um certo tempo de maturação permite converter qualquer produtor e/ou gestor de informação num mediador colocado simétrica e ativamente entre a génese/criação e o uso da informação. Em nenhum caso o mediador é passivo, embora haja uma diferença entre mediar o acesso através de descritores ou metadados aos conteúdos produzidos e mediar noticiosamente o que ocorreu ou está a ocorrer seja em que segmento da realidade for. Essa diferença é concreta e é bem mais visível no plano comunicacional, através do exercício analítico e hermenêutico, enquanto as falhas intencionais ou acidentais verificadas nos pontos fornecidos para acesso direto e amplo aos conteúdos podem ser mais subtis, menos perceptíveis e os seus efeitos, negativos e censuráveis, mais toleráveis. Há, no entanto, uma situação mediadora que atenua bastante a diferença apontada: os resumos de artigos científicos em particular, mas também de livros e de qualquer outro tipo de informação posta a circular, são passíveis de evidenciar uma mediação ainda mais imperfeita que a subjacente aos textos a que se reportam e, neste caso, a análise de desconstrução do discurso é a mesma via a seguir. E a diferença atenua-se muitíssimo diante o fenómeno grave e exponencial das *fake news*, que afeta diretamente os profissionais da comunicação, mas exige também medidas inteligentes e avançadas no campo da gestão de tecnologia e informação. Temos aqui um tema e um problema retintamente infocomunicacional. Ajuda, aliás, a aprofundar esta problemática, articulada com os outros eixos, o conceito de regime de informação (não obstante careça, talvez, de uma formulação verbal mais ajustada), proposto por Bernd Frohmann:

(...) quando pensamos sobre os fluxos de informação que giram em torno de nós, sejam culturais, académicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus híbridos, percebemos que eles têm formas e estruturas específicas. Vamos, portanto, chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos, de regime de informação. Difusão de rádio e televisão, publicação académica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, infoestradas emergentes: estes todos são os nós de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação. Um objetivo legítimo e premente da pesquisa sobre política de informação é a representação perspicaz dos regimes de informação: como se originam e se estabilizam; como determinam as relações sociais, e como formas específicas de poder são exercidas neles e através deles. A descrição de uma política de informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação<sup>20</sup>

Por último, temos o 3º eixo e aqui a transversalidade metodológica é, sem dúvida, mais óbvia e é mais fácil montar projetos e estratégias comuns de pesquisa. Desde logo, porque é redutor reclamar só para

<sup>20</sup> Frohmann, 1995, s(p., cit in *iKritica*, p. 34.

a Ciência da Informação o estudo do “comportamento informacional”, sendo certo que em seu seio prossegue a discussão sobre se o termo comportamento, por conta de seu cariz demasiado “beavorista”, não deve antes ser substituído por “práticas” de inspiração mais sociológica. Mas aceitando-se que a busca, o uso e a reprodução de conteúdos mediados cabem dentro do termo comportamento, criticamente ressignificado, a expressão que faz todo o sentido empregar é a de comportamento infocomunicacional, convergindo para o respetivo estudo o já amplo legado de investigação em torno dos mecanismos e dos efeitos da receção por parte de leitores, ouvintes, telespectadores, “consumidores” ou “público em geral”. Um legado rico e composto de “camadas”, isto é, desde as abordagens mais quantitativas e superficiais até às amostras mais pequenas indagadas em profundidade com relevo tanto para as condições externas de consumo (busca e uso), como internas (culturais e psicológicas de cada pessoa em particular). Estamos numa área onde é possível importar e fecundar os estudos que se cingem ao modo de busca, uso e transformação da informação com os designados “estudos culturais”, mesmo que para isso seja preciso delimitá-los melhor pois a sua amplitude e variedade tem proliferado sem restrições conceituais. Estamos perante um território a explorar, em que, por exemplo, as análises da “cultura visual” permitem cartografar os caminhos rasgados pelo meio da codificação áudio-imagética em suporte digital que as pessoas são hoje obrigadas a trilhar e ao fazê-lo comportam-se infocomunicacionalmente, convertendo-se em objeto de estudo com vista à fixação e aplicação de modelos. Os modelos de comportamento até hoje propostos e recenseados em Ciência da Informação não beneficiaram minimamente do contributo dos “estudos culturais”. Também, no campo rico e complexo dos Museus em espaços físicos (construídos ou naturais) e digitais, há que superar definitivamente a estreita leitura dada pelos “estudos de público” e articular o infocomunicacional com o educativo. Os Museus são espaços ativamente explorados educativamente, mas é preciso compreender em que medida ocorre aí ensino/aprendizagem, perceber se aí são suscitadas ou (re)descobertas necessidades informacionais atendidas e convertidas em informação qualificada (conhecimento). No espaço museológico e em muitos outros, a Sociologia, a História de Arte e Antropologia têm operado tendencialmente à solta, quando é evidente que o processo infocomunicacional, cada vez mais saturado de tecnologia, precisa ser também abarcado e articulado.

Diante deste posicionamento conceitual e epistemológico parece-nos importante que haja um diálogo efetivo com o paradigma dialético, no sentido de se vislumbrar ou não fortes pontos de convergência entre ele e o paradigma pós-custodial. Até que ponto será possível uma integração dinâmica, aberta e fecunda dos dois paradigmas?

A leitura de *iKritica*, não obstante o seu alinhamento claro e indiscutível com o paradigma dialético, não parece fechar portas e vias de convergência. Sejamos todos capazes de as construirmos e de perseverarmos nelas.